



Presidência do Conselho de Ministros  
*Secretaria-Geral*



## **DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO**

- Atos publicados na I e II Série -

### **NEWSLETTER DIGESTO Nº 14/2014**

**Disponibilização: 14 de julho de 2014**

**Período abrangido: 30 de junho a 11 de julho de 2014**

#### **ÍNDICE TEMÁTICO**

- 1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
- 2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
- 3. AMBIENTE**
- 4. ATIVIDADE PARLAMENTAR**
- 5. COMUNICAÇÃO SOCIAL**
- 6. CULTURA**
- 7. EDUCAÇÃO**
- 8. EMPREGO**
- 9. FINANÇAS**
- 10. JUSTIÇA**
- 11. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**
- 12. REGIÕES AUTÓNOMAS**
  - AÇORES**
- 13. SAÚDE**



## **1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

### **Despacho n.º 8569/2014, de 02 de julho**

#### **(Ministério da Administração Interna)**

Regula a doação efetuada pelo Estado Timorense destinada a ajudar os familiares dos bombeiros que morreram e os bombeiros que ficaram feridos no combate aos fogos.

### **Despacho n.º 8638/2014, de 03 de julho**

#### **(Ministério da Administração Interna)**

Altera os modelos de autos e termos de notificação para as infrações ao Código da Estrada.

### **Declaração de Retificação n.º 35/2014, de 08 de julho**

#### **(Comissão Nacional de Eleições)**

Retifica o Mapa Oficial n.º 1/2014, de 24 de junho, com o resultado da eleição dos Deputados ao Parlamento Europeu em 25 de maio de 2014.

## **2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**

### **Despacho n.º 8503/2014, de 01 de julho**

#### **(Ministério da Agricultura e do Mar)**

Determina o limite de descargas da espécie sardinha capturada com a arte de cerco entre 1 de janeiro e 31 de maio de 2014 e interdita a captura, a manutenção a bordo e o desembarque de sardinha capturada com a arte de cerco nos locais e períodos indicados.

### **Despacho n.º 8782/2014, de 08 de julho**

#### **(Ministério da Agricultura e do Mar)**

Determina o alargamento do período de pagamento de compensação salarial em casos de paragem da atividade da pesca.

### **Despacho n.º 8856/2014, de 09 de julho**

#### **(Ministério da Agricultura e do Mar)**

Fixa o limite de descargas da espécie sardinha capturada com a arte de cerco, no período compreendido entre 1 de junho e 31 de outubro de 2014.

## **3. AMBIENTE**

### **Portaria n.º 133/2014, de 30 de junho**

#### **(Ministérios da Defesa Nacional e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)**

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 101-A/2014, de 13 de maio, que procede à identificação das águas balneares, à qualificação das praias e à fixação das respetivas épocas balneares para o ano de 2014.



**Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2014, de 08 de julho**  
**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Aprova a inclusão da Ria de Aveiro na Lista Nacional de Sítios.

## **4. ATIVIDADE PARLAMENTAR**

**Resolução da Assembleia da República n.º 64/2014, de 10 de julho**  
**(Assembleia da República)**

Aprova a Declaração para a Abertura e Transparência Parlamentar.

## **5. COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Lei n.º 38/2014, de 09 de julho**  
**(Assembleia da República)**

Altera (primeira alteração) a Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro, que aprova a Lei da Rádio.

**Lei n.º 39/2014, de 09 de julho**  
**(Assembleia da República)**

Altera (segunda alteração) a Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro, que procede à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e televisão, e aprova os novos estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S. A..

**Lei n.º 40/2014, de 09 de julho**  
**(Assembleia da República)**

Altera (segunda alteração) a Lei n.º 27/2007, de 30 de julho, que aprova a Lei da Televisão, que regula o acesso à atividade de televisão e o seu exercício.

## **6. CULTURA**

**Declaração de retificação n.º 674/2014, de 02 de julho**  
**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Retifica o Despacho n.º 6473/2014, de 19 de maio, que fixa os valores de ingresso nos imóveis classificados dependentes da Direção Regional de Cultura do Centro.

## **7. EDUCAÇÃO**

**Despacho n.º 8651/2014, de 03 de julho**  
**(Ministério da Educação e Ciência)**

Define o calendário escolar para o ano escolar de 2014-2015 e o calendário de realização das provas finais do ensino básico e dos exames finais nacionais do ensino secundário e de afixação dos respetivos resultados no ano de 2015.



#### **Deliberação n.º 1411/2014, de 08 de julho**

**(Ministério da Educação e Ciência)**

Altera os elencos de provas de ingresso para a candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior nos anos letivos de 2015/2016, 2016/2017 e 2017/2018.

#### **Decreto-Lei n.º 111/2014, de 10 de julho**

**(Ministério da Educação e Ciência)**

Estabelece um regime excecional de seleção e recrutamento de docentes dos grupos e subgrupos e das áreas técnico-artísticas de formação artística para os quadros das escolas públicas do ensino artístico especializado.

## **8. EMPREGO**

#### **Portaria n.º 136-A/2014, de 03 de julho**

**(Ministérios da Economia e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)**

Altera (segunda alteração) a Portaria n.º 297/2012, de 28 de setembro, que cria o Programa Formação-Algarve.

#### **Portaria n.º 552/2014, de 09 de julho**

**(Ministérios das Finanças e da Administração Interna)**

Define os requisitos e as condições aplicáveis aos seguros de responsabilidade civil previstos na Lei n.º 34/2013, de 16 de maio (segurança privada).

## **9. FINANÇAS**

#### **Despacho n.º 8417/2014, de 30 de junho**

**(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças)**

Fixa as condições de acesso e de utilização dos financiamentos no âmbito dos montantes disponíveis da 1.ª e 2.ª tranche do empréstimo quadro contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento.

#### **Resolução da Assembleia da República n.º 63/2014, de 02 de julho**

**(Assembleia da República)**

Approva a Conta Geral do Estado de 2012.

#### **Despacho n.º 8632/2014, de 03 de julho**

**(Ministério das Finanças)**

Estabelece os requisitos técnicos dos programas de faturação e equiparados.

#### **Portaria n.º 140/2014, de 08 de julho**

**(Ministério das Finanças)**

Define os procedimentos necessários à execução da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, no âmbito de operações de capitalização de instituições de crédito com recurso a investimento público.



**Lei n.º 41/2014, de 10 de julho**

**(Assembleia da República)**

Altera (oitava alteração) a lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto.

**Regulamento da CMVM n.º 1/2014, de 10 de julho**

**(Comissão do Mercado de Valores Mobiliários)**

Define os requisitos de registo na CMVM de auditores e de entidades de auditoria de países terceiros, e concretiza os seus deveres.

## **10. JUSTIÇA**

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 10/2014, de 30 de junho**

**(Supremo Tribunal de Justiça)**

Uniformiza a jurisprudência, nos seguintes termos: «A expressão "se a vítima não for reconvertível em relação ao posto de trabalho", contida na alínea a) do n.º 5 das Instruções Gerais da Tabela Nacional de Incapacidades por Acidente de Trabalho ou Doenças Profissionais, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 352/2007, de 23 de Outubro, refere-se às situações em que o sinistrado, por virtude das lesões sofridas, não pode retomar o exercício das funções correspondentes ao concreto posto de trabalho que ocupava antes do acidente.».

**Parecer n.º 5/2014, de 30 de junho**

**(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)**

Emite Parecer sobre o novo regime jurídico do processo de inventário.

**Parecer n.º 23/2014, de 30 de junho**

**(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)**

Emite Parecer sobre o método de cálculo das subvenções públicas para as eleições autárquicas.

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 11/2014, de 01 de julho**

**(Supremo Tribunal de Justiça)**

Reforma a jurisprudência fixada, que passa a ter a seguinte formulação: «É inconstitucional, por violação do art. 30º, nº 3, da Constituição, a norma do art. 8º, nº 7, do Regime Geral das Infrações Tributárias, na parte em que se refere à responsabilidade solidária dos gerentes e administradores de uma sociedade que hajam colaborado dolosamente na prática de infração pelas multas aplicadas à sociedade».

**Parecer n.º 7/2014, de 03 de julho**

**(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)**

Emite Parecer sobre o patrocínio judiciário dos institutos públicos pelo Ministério Público.



### **Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 12/2014, de 08 de julho**

#### **(Supremo Tribunal de Justiça)**

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: «No caso de morte do condutor de veículo em acidente de viação causado por culpa exclusiva do mesmo, as pessoas referidas no n.º 2 do artigo 496.º do Código Civil não têm direito, no âmbito do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, a qualquer compensação por danos não patrimoniais decorrentes daquela morte.».

### **Lei n.º 43/2014, de 11 de julho**

#### **(Assembleia da República)**

Altera (quarta alteração) a Lei n.º 74/98, de 11 de novembro, sobre a publicação, a identificação e o formulário dos diplomas.

## **11. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

### **Aviso n.º 7961/2014, de 09 de julho**

#### **(Ministério dos Negócios Estrangeiros)**

Publicita as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de julho de 2014.

### **Despacho (extrato) n.º 8931/2014, de 11 de julho**

#### **(Ministério dos Negócios Estrangeiros)**

Cria o Consulado Honorário de Portugal em Ajaccio, dependente do Consulado Geral de Portugal em Marselha.

## **12. REGIÕES AUTÓNOMAS**

### **AÇORES**

### **Decreto Legislativo Regional n.º 9/2014/A, de 03 de julho**

#### **(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)**

Altera (primeira alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 29/2006/A, de 8 de agosto, que estabelece o regime jurídico de apoios a atividades culturais.

### **Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 03 de julho**

#### **(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)**

Cria medidas para a redução do consumo de sacos de plástico e aprova o regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico distribuídos ao consumidor final.

### **Decreto Legislativo Regional n.º 11/2014/A, de 04 de julho**

#### **(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)**

Altera (primeira alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A, de 29 de janeiro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014.



**[Decreto do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores n.º 1/2014, de 08 de julho](#)**

**(Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores)**

Exonera, sob proposta do Presidente do Governo Regional, vários membros do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores.

**[Decreto do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores n.º 2/2014, de 08 de julho](#)**

**(Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores)**

Nomeia, sob proposta do Presidente do Governo Regional, vários membros do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores.

**[Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/A, de 09 de julho](#)**

**(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)**

Cria o Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial - Competir+.

## **13. SAÚDE**

**[Despacho n.º 8445/2014, de 30 de junho](#)**

**(Ministério da Saúde)**

Reforça a implementação da estratégia para uma Rede de Telemedicina no Serviço Nacional de Saúde.

**[Declaração de retificação n.º 673-A/2014, de 01 de julho](#)**

**(Ministério da Saúde)**

Retifica o anexo do Despacho n.º 8175-A/2014, de 23 de junho, que identifica como carenciados, nas respetivas áreas de especialização, os serviços e estabelecimentos de saúde, no âmbito da contratação de médicos que concluíram a respetiva formação médica especializada na 1.ª época de 2014.

**[Portaria n.º 136-B/2014, de 03 de julho](#)**

**(Ministério da Saúde)**

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 287/2012, de 20 de setembro, que estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para o exercício da atividade das clínicas e dos consultórios médicos.

**[Portaria n.º 138/2014, de 07 de julho](#)**

**(Ministério da Saúde)**

Estabelece os termos a que obedece a autorização de fabrico e utilização dos medicamentos de terapia avançada sob isenção hospitalar, bem como os requisitos de rastreabilidade e farmacovigilância e as normas de qualidade a que devem obedecer esses medicamentos.



Presidência do Conselho de Ministros  
*Secretaria-Geral*



**Decreto-Lei n.º 109/2014, de 10 de julho**

**(Ministério da Saúde)**

Altera (quinta alteração) o Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico das farmácias de oficina.

**Decreto-Lei n.º 110/2014, de 10 de julho**

**(Ministério da Saúde)**

Cria, no âmbito do Ministério da Saúde, o Fundo para a Investigação em Saúde.